



Federação Nacional dos Médicos

Os cidadãos precisam de saber que o Ministério da Saúde está a contratar médicos ainda em formação para tarefas de especialistas.

Chegou ao nosso conhecimento uma situação de enorme gravidade envolvendo uma empresa que se apresenta como "líder no mercado da administração de serviços de saúde" e um centro hospitalar pertencente ao SNS.

Através dum email a dita empresa publicita, dando conta aos possíveis interessados, a abertura dum "concurso público de Serviços médicos para a especialidade de Cirurgia Geral no Centro Hospitalar do Médio Tejo para o ano de 2015".

Se já parece um pouco estranho uma empresa privada anunciar concursos públicos, mais estranho se torna quando se percebe que, no âmbito de tal "concurso" e para o cumprimento das tarefas a realizar (Bancos em Urgência, prestação de cuidados cirúrgicos, apoio ao internamento e actividade de bloco) se refere explicitamente que são aceites candidaturas de internos da especialidade!

Custa-nos a acreditar que médicos em formação, ou seja, sem ainda terem concluído o programa de formação da sua especialidade e muito menos terem sido avaliados, aprovados e adquirido o exigido grau de especialista, possam ser aceites para prestar cuidados especializados no âmbito da Cirurgia Geral.

Além da intermediação de uma empresa de trabalho temporário constituir um subterfúgio de desresponsabilização, esta decisão abre um gravíssimo precedente ao fazer tábua rasa do principal princípio da organização da actividade médica e conseqüente garantia de segurança perante os cidadãos - os programas de formação pós-graduada e as Carreiras Médicas, estruturadas em graus que garantem o desenvolvimento e qualificação técnico-científica dos seus membros e marcadas por etapas exigentes, com avaliação inter pares e reconhecimento institucional.

Hospitais a permitirem "concursos" por esta via, com o silêncio cúmplice e irresponsável das respectivas ARS e do Ministério da Saúde mais não traduzem do que até agora se julgava impensável poder acontecer dentro do nosso exigente e qualificado SNS - que se permita o exercício de funções médicas sem a qualificação exigida.

Os cidadãos têm o direito de saber o que se está a passar e o que lhes estão a oferecer.

Em bom tempo a FNAM avisou sobre as conseqüências desta política de contratualização de serviços médicos. O mercantilismo destas empresas, escolhidas pelo menor preço, será sempre conducente à menorização da qualidade de cuidados de saúde. Neste caso particular é escandaloso que a administração deste centro hospitalar, a verdadeira parte contratante, não tenha já vindo a público demarcar-se deste processo com a sua conseqüente e imediata anulação.

Se é possível isto acontecer, alguém está a falhar flagrantemente. Não é só às empresas vendedoras de trabalho temporário que iremos assacar responsabilidades. Onde estão as auditorias dos serviços contratados? Onde estão os responsáveis pelas medidas que permitem este completo descontrolo?

A FNAM está atenta ao resultado deste e de outros "concursos" que venham a surgir. Continuará a dar conta dos mesmos ao Ministério da Saúde e Administração Central do Sistema de Saúde, exigindo responsabilidades a quem são devidas e nos locais próprios se a tal for obrigada.

Comissão Executiva da FNAM

02/03/2015